



ARTIGOS LIVRES

Perfil do trabalho da elite política nacional: recrutamento partidário e distribuição de poder no Senado Federal¹

The Work Profile of the National Political Elite: Party Recruitment and the Distribution of Power in the Federal Senate

Alison Ribeiro Centeno²

orcid.org/0000-0001-8026-7837
alison.centeno@edu.pucrs.br

Recebido em: 10 maio 2025.

Aprovado em: 03 fev. 2026.

Publicado em: 14 maio. 2026.

Resumo: O estudo sobre o perfil sócio-ocupacional da elite política nacional outorga a compreensão da disputa no campo político pelo *status* na hierarquia do poder. A presente pesquisa trabalha com o perfil de recrutamento partidário entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000, interstício no qual profundas reestruturações políticas e sociais reconfiguraram a estrutura do poder. Objetiva-se apresentar o perfil do trabalho prévio à carreira política dos Senadores, delineando a conversão do capital social em capital político. Destarte, será possível compreender como a ocupação que antecede a empreitada eleitoral explica o perfil da elite política nacional pela visão do *social background*. Havendo associação e dependência, percebe-se que os partidos priorizam recrutamento de estratos ligados à matriz ideológica (salvo os partidos *catch-all*), mas, no exercício do poder institucional, o perfil social do trabalho influencia na divisão de postos de poder, também dentro do Senado Federal.

Palavras-chave: Senado Federal; comissões parlamentares; *social background*.

Abstract: The study of the socio-occupational profile of the national political elite provides an understanding of competition within the political field for status in the power hierarchy. This research examines the profile of party recruitment between the late 1990s and the early 2000s, an interstice during which profound political and social restructurings reconfigured the structure of power. The objective is to present the profile of Senators' occupational backgrounds prior to their political careers, outlining the conversion of social capital into political capital. Thus, it becomes possible to understand how the occupation preceding the electoral endeavor explains the profile of the national political elite from the perspective of social background. Where association and dependence exist, it is observed that parties prioritize the recruitment of strata aligned with their ideological matrix (with the exception of catch-all parties); however, in the exercise of institutional power, the social profile of prior occupations also influences the distribution of positions of power, including within the Federal Senate.

Keywords: Federal Senate; parliamentary committees; social background.

1 Introdução

O recorte se debruça sobre as comissões do Senado Federal entre 1999 e 2006, englobando as 51^a e 52^a Legislaturas. A escolha dessas duas legislaturas decorre da busca por contestar o uso automático das vertentes neoinstitucionalistas nos estudos comissionais brasileiros (Müller 2005, 2011; Pereira e Mueller 2000; Rocha e Barbosa 2008; Santos e Canello 2016), trazendo o campo da sociologia política através do *social*



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Este trabalho é o quarto capítulo da tese "Distribuição de poder na Casa da Federação: composição das comissões permanentes do Senado Federal entre 1999 e 2006", e foi apresentado no 22º Congresso Brasileiro de Sociologia. Profundos agradecimentos aos membros do GT 25 (Sociologia das Profissões e Ocupações) pelas contribuições que enobreceram o trabalho.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

background, sem deixar de observar aspectos institucionais, por meio dos cargos prévios ocupados pelos Senadores até o mandato.

Objetiva-se estudar a influência da posição sócio-ocupacional e da carreira política nas nomeações partidárias para as comissões permanentes das duas legislaturas supracitadas. Para este fim, será adotado o método logístico binário, pois se trata de uma relação de dependência entre a variável saída cuja possibilidade é de apenas dois resultados (nomeação ou não indicação à comissão), com as variáveis dos antecedentes sociais e políticos dos Senadores.

Os dados referentes às composições dos colegiados temáticos foram coletados no portal do Senado Federal, nas oito edições de cada sessão legislativa do Relatório Anual da Presidência do Senado Federal. Foram consideradas somente as nomeações às composições e suas respectivas presidências no começo de cada sessão legislativa, desconsiderando defecções e substituições ao longo do ano. Tradicionalmente, no mês de fevereiro de cada ano, os partidos e blocos suprapartidários nomeiam seus Senadores para cada comissão, através de critérios negociados internamente nas bancadas.

O maior distanciamento que se pode encontrar na literatura brasileira sobre as comissões do Congresso Nacional colocam o Legislativo como submisso ao Executivo (Nascimento 2012; Pereira e Mueller 2000), em especial pelo trabalho dos líderes (Müller 2011) que apeiam à possibilidade de as matérias serem debatidas nos colegiados e as levam ao Plenário para garantir maior chance de vitória.

Claramente as comissões do Congresso Nacional têm um objetivo distinto das comissões do Capitólio: no Brasil, há uma grande circulação nos postos de líderes e presidentes das comissões (Santos 2001); nos EUA, o exercício é longínquo (Bullock III 1985; Sinclair 1988). Logo, não há busca por expertise (Müller 2011), mas, sim, procura-se espaço para atuar no cotidiano da política, falar com o eleitorado e retroalimentar o capital político. É importante, antes de avançar para a análise, lembrar as três vertentes do

neoinstitucionalismo que permeiam os estudos de caso do Congresso Nacional.

Na linha distributivista, os congressistas escolhem suas comissões visando ganhos políticos junto às suas bases. Seria o intuito paroquialista que guiaria a autodenominação às comissões. Percebe-se no histórico de cartas e memorandos pedindo nomeações às lideranças partidárias (Bullock III 1985) e na criação de comitês para recepcionar as preferências dos políticos eleitos (Schneider 2006) que o sistema comissional do Capitólio, antes de sua transformação imposta por maioria democrata (Sinclair 1988), operava de maneira que os interesses distritais – em grande parte – prevalecessem nas escolhas. Pontua-se quão distinta se encontra a realidade brasileira: sistema de lista aberta, voto proporcional (com quociente eleitoral e inexistência de distritos) para a Câmara dos Deputados, bem como maioria simples para o Senado.

A vertente informacional está assentada no princípio da senioridade pelo ganho de *expertise*. A institucionalização das comissões está embasada na busca pela experiência (Polsby 1968), permanecendo o político na comissão, adquirindo *know-how* sobre as matérias (Krehbiel 1990, 2004) e se especializando na temática (Gilligan e Krehbiel 1997); em suma, o trabalho nas comissões é visto como meio de influenciar o resultado da proposta legislativa (Austen-Smith e Riker 1987; Crombez et al. 2006). Deveras, há predomínio do viés informacional nos estudos de caso brasileiros (Müller 2005; Santos e Almeida 2005), mesmo que as conclusões tenham colocado a dinâmica das composições das comissões do Congresso Nacional como um misto das três vertentes neoinstitucionalistas.

Por fim, a linha partidária busca pelo controle da agenda em Plenário e as presidências das comissões; pensa no poder do partido majoritário em controlar as matérias que são debatidas e deliberadas (Cox e McCubbins 2006). A legenda com maior número de assentos na Casa, no sistema bipartidário, automaticamente assume o controle do Pleno do Senado através de seu líder; e, mesmo que nada impeça que qualquer

cidadão em plenos direitos políticos seja eleito *Speaker da House of Representatives*, tradicionalmente o líder da maioria ascende ao posto. Além do sistema multipartidário que cria óbices ao domínio de um partido em qualquer casa legislativa do Congresso Nacional, o escrutínio secreto para a mesa diretora e o controle da agenda de votações (ainda que negociada com as lideranças) pelos Presidentes da Câmara e do Senado reduzem também a dimensão partidária neoinstitucionalista.

Assim como na literatura brasileira, análises mistas com as três vertentes (Cox et al. 2010), bem como novas linhas influenciadas pelo *social background*, como representantes negros em busca por comissões que atendam ao distrito e representem causas identitárias (Gamble 2007; Rocca et al. 2011), abrem o debate sobre a questão sócio-ocupacional (Araújo 2011; Santos 2002) nas comissões do Capitólio e do Congresso Nacional.

Dada a construção negociada entre líderes partidários e de blocos suprapartidários com o Executivo (Araújo 2011; Dutra 2017), têm-se como hipóteses que as nomeações às comissões do Senado obedeçam aos seguintes critérios: que haja vinculação da posição sócio-ocupacional (titulação escolar e profissão prévia à carreira política) com a área de deliberação da comissão; e que as comissões mais importantes do Senado Federal tenham sido compostas pelos políticos de carreiras com maior nível de experiência e/ou formadas em cargos de maior relevância e projeção política.

Serão analisadas as seguintes comissões: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Essas três serão consideradas como centrais, pois deliberam sobre as agendas de temáticas nacionais e internacionais e sabatinam autoridades máximas do judiciário, bem como de órgãos e instituições centrais para a política econômica, fiscal e externa.

Mesmo que a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprove autoridades de autarquias fiscalizadoras, essa será analisada como uma

comissão de menor relevância, junto aos demais colegiados: Comissão de Assuntos Sociais (CAS); Comissão de Educação (CE); Comissão de Fiscalização e Controle (CFC); Comissão de Direitos Humanos (CDH); Comissão de Legislação Participativa (CLP); Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); Comissão de Meio Ambiente (CMA); Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Após esta introdução, o *paper* está dividido em mais duas partes, uma para apuração dos dados, seguida pelas conclusões.

2 Social background e nomeações às comissões: influência da posição sócio-ocupacional na escolha para os colegiados

Para o teste da dependência entre indicação às comissões permanentes e a posição sócio-ocupacional, as variáveis do *social background* seguirão a seguinte divisão: diplomas e profissões divididos em macrocategorias. A variável dependente será a indicação (1) ou não nomeação (0) ao colegiado temático, que pode ter ocorrido uma ou mais vezes ao longo dos oito anos das duas legislaturas em estudo. Logo, um Senador pode ter integrado uma ou mais comissões simultaneamente, recorrentemente ou ininterruptamente no período em análise.

O método logístico binário exige um contingente mínimo de casos – de 30 a 50, a depender da autoria (Field 2009; Hair Jr. et al. 2009) – para garantia dos testes de aderência do modelo, a fim de evitar influência de *outliers* e, sobretudo, para que exista um número mínimo de dez casos para cada variável independente. Como o banco de dados construído para as duas legislaturas abriga os 135 Senadores – titulares e suplentes com mandato no início de cada uma das oito sessões legislativas entre 1999 e 2006 –, é possível utilizar as variáveis da carreira política e do *social background* para averiguar o aumento ou a redução das chances de indicação para cada comissão do Senado.

O método de máxima verossimilhança ($-2 \log likelihood$) afere o ajuste do modelo; dois testes utilizam a distribuição qui-quadrado (χ^2) para

averiguar a diferença entre os erros do modelo nulo (sem as variáveis independentes) e o modelo com os previsores: se for estatisticamente significativo no teste *Omnibus* ($p < 0,05$) e não significativo no teste de Hosmer e Lemeshow ($p > 0,05$), há redução dos erros com a inserção de variáveis predictoras. O teste de Hosmer e Lemeshow é mais robusto, pois divide a amostra em decís – todos com no mínimo cinco casos – e compara os valores previstos com os valores observados, ou seja, ele está embasado na "real previsão da variável dependente" (Hair Jr. et al. 2009, 289), enquanto o teste *Omnibus* busca aferir se há dentre os previsores pelo menos um que seja diferente de zero.

Logo, ao se analisar o ajuste do modelo, deve-se levar em consideração principalmente o teste de Hosmer e Lemeshow e o valor de verossimilhança (Field 2009; Hair Jr. et al. 2009). Junto aos indicadores de pseudo R² de Cox e Snell e o pseudo R² de Nagelkerke – esse último, de maior acurácia, com a tabela de classificação que mostra os acertos e erros do modelo, numa espécie de 'taxa de sucesso' dos previsores em enquadrar os casos em uma das duas classifica-

ções, aqui, no caso, sim (nomeado) ou não (não indicado) –, averigua-se a capacidade predictor do modelo.

Como melhor maneira de avaliar o impacto e a influência do *social background* nas indicações, o valor de Exp (B) mostra quando a variável aumenta (se maior que 1) ou diminui (quando menor que 1) a chance de nomeação; diminuindo esse valor em um (-1) e multiplicando por cem (Field 2009; Hair Jr. et al. 2009), é possível obter o percentual de aumento ou redução da chance de nomeação dos Senadores aos colegiados temáticos de acordo com o histórico prévio à carreira política.

De todas as comissões, como pode ser observado na tabela 1, a seguir, nove atenderam aos requisitos do método logístico binário, com coeficientes que indicam capacidade predictor do modelo através das variáveis do *social background* para as nomeações aos colegiados temáticos. Por si, isso prova a validade dessa metodologia para os estudos comissionais, assim como demonstra haver uma relação de dependência entre a posição sócio-ocupacional e as indicações dos partidos para esses órgãos do Senado.

Tabela 1. Nomeação às comissões permanentes do Senado Federal entre 1999 e 2006 (exp β) de acordo com o diploma e a profissão prévia

Diploma/Profissão	CAE	CCJ	CRE	CAS	CE	CFC	CI	CDH
Direito	1,668	6,606	2,405	1,298	1,164	0,391	1,053	3,881
	0,51	0,04	0,23	0,72	0,83	0,22	0,97	0,22
Econ. e Admin.	1,649	8,178	1,014	1,009	2,606	1,852	4,618	0,000
	0,57	0,03	0,97	0,99	0,21	0,41	0,07X	1,00
Engenharias	0,577	3,597	1,726	1,165	1,352	2,058	4,523	0,462
	0,51	0,18	0,48	0,84	0,68	0,34	0,06	0,42
Ens. e C. Hum.	0,276	1,707	1,317	2,606	4,035	0,415	3,380	0,000
	0,23	0,64	0,77	0,33	0,16	0,38	0,19	1,00
Ens. Méd. ou Téc.	0,340	1,613	2,573	1,237	1,155	0,967	2,595	1,788
	0,19	0,64	0,22	0,78	0,85	0,96	0,26	0,64
Diplomas Diversos	1,382	7,159	5,035	0,903	2,269	0,336	1,477	2,768
	0,68	0,04	0,04	0,89	0,28	0,18	0,61	0,36
Medicina	0,082	9,344	2,519	2,745	1,542	0,898	1,808	0,000

Diploma/Profissão	CAE	CCJ	CRE	CAS	CE	CFC	CI	CDH
	0,02	0,03	0,28	0,29	0,61	0,90	0,50	1,00
Ramo Jurídico	0,675	1,915	0,389	0,673	0,850	1,736	2,399	0,396
	0,55	0,36	0,16	0,54	0,81	0,44	0,20	0,28
Prof. Liberais	6,373	0,538	1,064	1,529	0,543	0,508	1,110	4,752
	0,01	0,31	0,91	0,47	0,30	0,26	0,86	0,11
Ensino	0,328	0,379	0,879	1,301	0,557	1,097	3,152	1,242
	0,22	0,26	0,87	0,73	0,46	0,91	0,14	0,83
Func. Público	1,826	1,053	1,262	1,304	0,221	1,044	8,680	2,449
	0,54	0,96	0,80	0,78	0,12	0,97	0,07	0,42
Empreendedores	2,385	0,283	1,004	0,840	0,728	1,218	7,182	0,000
	0,18	0,08	0,99	0,77	0,61	0,75	0,00	1,00
Constante	0,684	0,250	0,380	1,095	1,506	0,753	0,343	0,113
	0,57	0,1	0,14	0,88	0,51	0,65	0,11	0,04

Notas: Econ. e Admin.: Economia e Administração; Ens. e C. Hum.: Ensino e Ciências Humanas; Ens. Méd. ou Téc.: Ensino Médio ou Técnico; Prof. Liberais: Profissionais Liberais; Func. Público: Funcionalismo Público.

Fonte: Senado Federal (2025).

Duas das três principais comissões apresentaram excelentes resultados quando observada a aderência global dos modelos. Para a CCJ e a CAE, houve queda (em relação ao modelo nulo) no índice de verossimilhança com as variáveis do *social background* inclusas (de 185,003 para 154,478 na primeira e de 187,142 para 156,273 na segunda), ao passo que o R^2 de Nagelkerke ficou em torno de 27%. O teste de Hosmer e Lemeshow (1,541; $p = 0,981$ para a CCJ e 5,280; $p = 0,727$ para a CAE) mostrou não haver diferença entre os valores previstos e os valores observados.

Para a CCJ, o diploma em Direito aumentou em mais de 560% a nomeação ao colegiado; lembrando que, como se tratam de variáveis categóricas, é efetuado o contraste com a variável 'Outros' Diplomas, logo, não surpreende o índice dos formados em Medicina (834,4%), Economia e Administração (717,8%) e os de Diplomas Diversos (615,9%), todos consideravelmente com maiores chances de serem nomeados ao principal colegiado da Casa (em parte, também, o agrupamento das duas últimas categorias pode explicar os percentuais elevados). Mas,

certamente, o aumento em 91,5% das chances de nomeação dos profissionais do Ramo Jurídico (salvo os profissionais do Ensino, todos os outros ramos mostravam redução na chance de nomeação) evidencia haver associação entre a indicação para a CCJ e a experiência ou formação no meio. A acurácia do modelo foi de 71,1%, segundo a tabela de classificação, reforçando a capacidade preditiva do modelo.

Na CAE, as profissões se destacaram em relação aos diplomas: os Profissionais Liberais tinham mais de 537% de chances de serem nomeados ao colegiado; somente esse conjunto de profissões e o bacharelado em Medicina (cujo diploma reduz em 91,8% a chance de indicação) foram estatisticamente significativos (o que não impede de avaliar as demais variáveis no caso em estudo). Advir do ramo do empreendedorismo elevava em 138,5% a chance de nomeação. Diplomas em Direito e nas áreas de Economia e Administração elevavam em cerca de 65% as chances de indicação ao colegiado; já os Diplomas Diversos, em mais de 38% – mostrando, junto ao percentual do Funcionalismo Público (82,6%) e à redução

de chances para todos os demais diplomas e profissões, que tanto a CCJ quanto a CAE foram priorizadas pelos Senadores com *know-how* do processo legiferante, familiaridade com a temática das comissões ou indivíduos com alto grau de formação acadêmica.

A última das três grandes comissões do Senado (CRE) apresentou dados com menor sucesso. O teste de Hosmer e Lemeshow (6,625; $p = 0,469$) apresenta indiferença entre os valores previstos e os valores observados; a matriz de classificação final exibiu uma considerável melhora – estimando com precisão 67,4% dos casos, todavia, o R^2 de Nagelkerke (8,7%) apontou pequena determinação (cujo índice de verossimilhança inicial de 182,494 caiu para 173,491), apresentando-se como limitado para prever as nomeações ao colegiado que sabatina as autoridades do Itamaraty e fiscaliza os acordos internacionais brasileiros. Como único preditor significativo, os Diplomas Diversos representavam aumento de mais de 400% nas chances de nomeação à CRE. Destacaram-se também os diplomas no Ensino Médio ou Técnico (157,3%) e o diploma em Direito (140,5%). Chama a atenção que profissões prévias no Ramo Jurídico e no empreendedorismo reduzem as chances em mais de 60% de indicação ao colegiado.

Outras duas comissões importantes e longevas no Senado Federal, a CAS e a CE tiveram baixíssimo incremento na matriz de classificação, mostrando parca diferença entre o modelo nulo e o modelo com as variáveis independentes. A baixa aderência e a previsibilidade dos modelos (R^2 de Nagelkerke em torno de 6% e 7%) representam pouca influência do *social background* nas comissões. Mesmo não tão significativas, é importante pontuar que o diploma em Medicina e os Profissionais Liberais (onde se encontravam os Médicos no agrupamento estabelecido) tinham mais chances de indicação à CAS, condizente com a temática do colegiado; o mesmo pode se dizer referente ao incremento em mais de 300% na chance de nomeação à CE dos graduados em áreas do Ensino e Ciências Humanas.

A CFC também exibiu incremento ínfimo em um modelo com baixa capacidade preditora

(R^2 de Nagelkerke de 8,4%) quando comparado com o modelo sem as variáveis independentes. Posteriormente, essa comissão foi unida à CMA. Esta, a CLP, a CDR e a CRA não manifestaram diferença entre o modelo nulo e o alternativo, cujas matrizes de classificação exprimiam nulidade de acertos nas nomeações efetuadas. No caso da CFC, graduados nas Engenharias (105,8%) e profissionais do Ramo Jurídico (73,6%) tinham maiores chances de serem nomeados.

Houve considerável aumento na capacidade preditora do modelo da CI perante o modelo nulo, cuja matriz de classificação exibiu uma taxa de 65,9% de acertos. A qualidade do ajuste é manifesta no índice de verossimilhança (166,286 no modelo final em contraponto a 186,252 no inicial), especialmente no teste de Hosmer e Lemeshow não significativo (1,936; $p = 0,983$). Comissão presente nas duas legislaturas em estudo, os Empreendedores (única variável estatisticamente significativa) tinham chances superiores a 618% de serem nomeados ao colegiado, somente abaixo dos 768% dos egressos do Funcionalismo Público; claramente, uma comissão composta por políticos com *expertise* em questões burocráticas e administrativas. Diplomados nas Engenharias (352,3%) e nas áreas de Economia e Administração (361,8%) expressaram percentuais muito acima dos portadores do diploma mais tradicional do Senado (bacharéis em Direito tinham somente 5,3% de chance de nomeação ao colegiado, drasticamente abaixo até de Senadores formados em áreas do Ensino e Ciências Humanas – 238%), comprovando, em partes, a relação da posição sócio-ocupacional com o colegiado. O R^2 de Nagelkerke apontou capacidade preditora do modelo de 18,4%, ou seja, de uma capacidade preditora baixa a média.

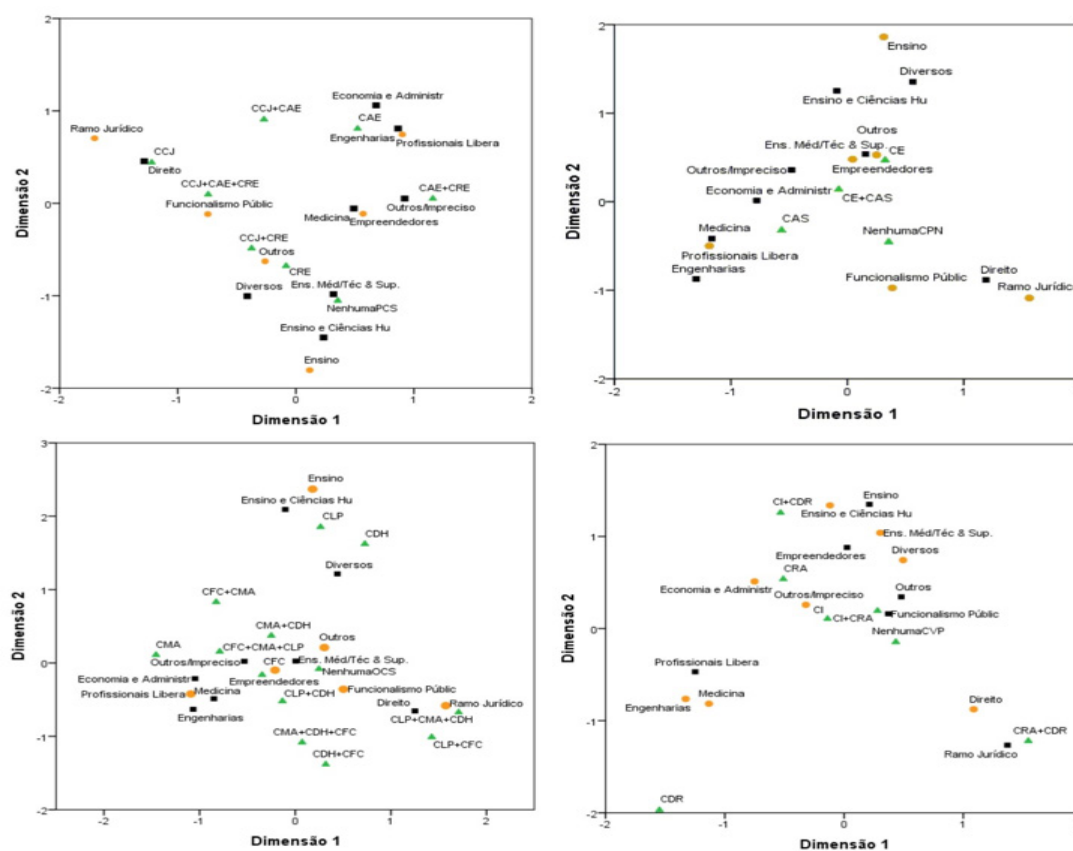
No caso da CDH, o modelo nulo tem em sua matriz de classificação um percentual de acertos de 85%, justamente por a maioria absoluta dos Senadores não terem passado pelo colegiado; o incremento no modelo final da mesa diretora é de ínfimo 1,5 ponto percentual em relação ao modelo inicial. Os Profissionais Liberais se destacaram, com aumento de 375,2% das chances de

nomeação, junto ao diploma em Direito (288,1%) e os Senadores com Diplomas Diversos (176,8%). O ramo dos Empreendedores e os diplomas em Medicina, Economia e Administração, e Ensino e Ciências Humanas zeravam as chances de nomeação ao colegiado. Note-se que todas as variáveis não eram estatisticamente significativas. Porém, a redução do índice de verossimilhança de 112,614 para 86,954, com determinação de 30,7% no R^2 de Nagelkerke, evidencia que a falta de Senadores nomeados à comissão novata pesou negativamente para a capacidade preditiva das variáveis.

Novamente utilizando variáveis de posição sócio-ocupacional, através da Análise de Correspondência Múltipla, será possível traçar a

proximidade das comissões de acordo com o recrutamento partidário. Assim, tendo avaliado a variação nas chances de indicação a cada comissão, pode-se traçar conjuntamente as feições dos colegiados. Considerando que o sistema comissional do Senado sofreu modificações no interim, com antigas subcomissões se tornando colegiados permanentes, elas foram aglutinadas de acordo com suas gradações e relevâncias, bem como suas proximidades temáticas, formando quatro conjuntos: principais comissões do Senado (CCJ, CAE e CRE); comissões de pautas nacionais (CAS e CE); comissões de viés paroquialista (CI, CRA e CDR); 'outras' comissões do Senado (CMA, CLP, CDH e CFC).

Gráfico 1. Profissões, diplomações e nomeações às comissões permanentes do Senado Federal (1999-2006). Fonte: Senado Federal (2025).



Notas: Marcadores quadrados (profissões em macrocategorias); marcadores redondos (diplomas em macrocategorias); marcadores triangulares (comissões permanentes). Em sentido horário: primeiro gráfico (principais comissões – CCJ, CAE e CRE); segundo gráfico (comissões de pautas nacionais – CAS e CE); terceiro gráfico (comissões de viés paroquialista – CI, CDR e CRA); quarto gráfico (outras comissões do Senado – CMA, CLP, CDH e CFC).

O gráfico 1 traz a associação entre o *social background* e as nomeações às comissões permanentes do Senado Federal. Na parte superior, à esquerda, as principais comissões da Casa (CCJ, CAE e CRE) podem ser observadas por quatro *clusters* em termos de recrutamento partidário (e consequentes nomeações): houve uma fortíssima associação entre o diploma em Direito e as indicações para a CCJ, consequentemente, de profissionais do Ramo Jurídico integrando o colegiado; no primeiro quadrante, verifica-se perfil simil dos políticos da CCJ e dos que passaram pelo trio de comissões – oriundos do Ramo Jurídico e do Funcionalismo Público.

No segundo quadrante, estavam os Senadores que compuseram as legislaturas da CAE (isoladamente ou junto à CCJ), políticos graduados em Economia e Administração, 'Engenharias' e que eram antigos Profissionais Liberais. Com a pontual ressalva do peso dos egressos do Funcionalismo Público, até aqui a Associação de Correspondência Múltipla (ACM) vai ao encontro do método logístico binário, que demonstrou dependência (e agora, associação) entre Profissionais Liberais na CAE e o predomínio do Ramo Jurídico (e os bacharéis em Direito) na CCJ.

Outros dois *clusters* observáveis no teste das principais comissões estão no centroide que se divide entre o segundo e o terceiro quadrantes, bacharéis em Medicina e Empreendedores – integrantes da CAE e da CRE (conjuntamente e/ou simultaneamente) – e os Senadores que compuseram a CRE, separadamente, em conjunto ou em simultaneidade com a CCJ – oriundos de 'Outros' ramos profissionais, de diplomas 'Diversos' e com perfil muito parecido com os políticos que não integraram nenhuma das principais comissões do Senado ('NenhumaPCS' no gráfico), sobretudo profissionais do Ensino, formados nas áreas do Ensino e Ciências Humanas ou sem diploma de ensino superior.

Analisando a qualidade do teste empregado, o Alfa de Cronbach médio da análise das principais comissões foi elevado (quase 0,7) e robusto, sendo possível explicar 62,28% da variação através da análise empregada, principalmente na primeira

dimensão, mais explicativa do teste – com índice de autovalor de 1,97. As variáveis do *social background* contribuíram mais com a variação observada – em média 0,683 (diplomas) e 0,705 (profissões), ambas com maiores contribuições na dimensão 1. As comissões trouxeram maior impacto na dimensão 2, com índice de 0,48 em média nas duas dimensões.

O segundo quadrante, na parte superior, à direita, mostra a associação da posição sócio-ocupacional com as indicações às comissões de pautas nacionais (CAS e CE), dois colegiados perenes no Senado. Nota-se haver menor clareza nos perfis: ainda que o centroide englobe nomeações à CAS e as duas comissões, esses pontos estavam equidistantes dos que não foram indicados a nenhum dos dois colegiados ('NenhumaCPN' – caso de políticos advindos do Ramo Jurídico e do Funcionalismo Público). Os Senadores que passaram pela CAS eram antigos Profissionais Liberais e formados em Medicina, bem como Economia e Administração (ponto também próximo dos nomeados à CAS e à CE, simultaneamente ou sucessivamente). Políticos que passaram pela CE eram Empreendedores, ou oriundos de 'Outras' profissões e que possuíam 'Outros' diplomas ou não tinham ensino superior. A redução nas chances de nomeação à CE dos profissionais do Ensino, vista na análise logística binária exposta nos parágrafos anteriores, confirma-se com a distância observada no gráfico dos antigos professores em relação aos integrantes da CE, estando ambos os pontos no terceiro quadrante.

O índice do Alfa de Cronbach da ACM composta pelas comissões de pautas nacionais (CAS e CE) e pelas variáveis do *social background* reduziu (0,585) em relação às comissões principais (CAS, CRE e CCJ); também o percentual de variação foi menor: 54,65%. A dimensão 1 foi mais explicativa em relação à dimensão 2, tendo maior peso os índices de autovalor: 1,766 e 1,513, respectivamente, somando 3,279. Na dimensão 1, contribuíram mais as variáveis da posição sócio-ocupacional, com ligeira vantagem para as profissões (0,837) em relação aos diplomas (0,818),

que contribuíram mais para a dimensão 2. As médias de discriminação de ambas as variáveis são muito próximas, muito acima dos meros 0,112 das variáveis das comissões. Esse teste teve a menor associação entre o *social background* e os colegiados temáticos, estando, ainda, acima do nível crítico.

À direita da parte inferior, encontra-se a ACM contendo as comissões de viés paroquialista – CI, CDR e CRA –, com três *clusters* claros e definidos. Graduados em Direito que atuaram no Ramo Jurídico foram Senadores que passaram pela CRA e a CDR, de modo simultâneo ou sucessivo. No quarto quadrante, vê-se a associação entre Profissionais Liberais, formados em Medicina e Engenharia, equidistantes do centroide (ponto que mais agrega pontos no gráfico) e do ponto da CDR.

No centroide, dividido entre o primeiro e o segundo quadrantes, há um perfil diverso, mostrando semelhança entre políticos que não integraram nenhuma dessas comissões ('Nenhuma-CVP'), os que passaram exclusivamente pela CRA (Empreendedores e portadores de diplomas em Economia e Administração) e os que integraram dois desses trios de colegiados: funcionários públicos (CI e CRA) e profissionais do Ensino (mais próximos do ponto conjunto entre CI e CDR). O Alfa de Cronbach do teste mostra associação relativamente alta entre as variáveis do *social background* e as nomeações às comissões de viés paroquialista (0,638), com autovalor estimado em 3,48, havendo paridade entre as contribuições de ambas as dimensões. O percentual de variação da dimensão 1 foi de 61,58%, acima dos 54,42% da dimensão 2. Novamente as profissões e os diplomas contribuíram mais para as variações em ambas as dimensões, especialmente na primeira; as comissões de viés paroquialista contribuíram mais na dimensão 2 e mais que a média do teste acima com as comissões de pautas nacionais, chegando a uma média de 0,315.

As outras comissões do Senado (CMA, CLP, CDH e CFC) tiveram o segundo maior Alfa de Cronbach (0,659), apresentando elevada associação entre a posição sócio-ocupacional e as

nomeações aos quatro colegiados em referência. A média da variação explicada foi de 59,45%, principalmente pela contribuição da dimensão 1 com mais de 63% da variação observada. O índice de autovalor foi de 3,567, em especial também pelo subsídio da dimensão 1 (1,91) em relação à dimensão 2 (1,657), em que as nomeações às comissões tiveram maior peso na discriminação (0,401). As médias dos diplomas (0,726) e profissões (0,688) foram o maior embasamento para o percentual de variação encontrado no teste. O gráfico esboça com maior clareza os detalhes mencionados, sendo formados dois *clusters*: o primeiro, de políticos de diplomas 'Diversos', profissionais do Ensino e graduados em Ensino e Ciências Humanas, integrantes da CDH e da CLP; divididos entre o terceiro e o quarto quadrantes, o centroide (segundo *cluster*) foi pouco nítido quanto às associações entre o *social background* e as nomeações aos colegiados.

Pode-se afirmar a proximidade dos Profissionais Liberais, formados em Medicina, 'Engenharias' e, Economia e Administração, com a CMA, bem como os advindos do Ramo Jurídico (consequentemente, graduados na área), e os conjuntos de comissões CLP, CMA e CDH, e CLP e CFC – seja de modo simultâneo ou subsequente. Todavia, os pontos mais próximos do centroide não só englobavam diversas posições sócio-ocupacionais, como há proximidades maiores entre os pontos das comissões entre si, mostrando pouca clareza, provavelmente decorrente da criação desses colegiados no fim do período estudado, o que gerou um menor número de nomeações relativamente às demais comissões.

3 Conclusões

Através do método logístico binário, foi possível analisar as nomeações dos partidos às comissões permanentes do Senado Federal entre 1999 e 2006, período que engloba as 51ª e 52ª Legislaturas. O método empregado obteve sucesso: ficou provada a relação de dependência entre o *social background* e as indicações partidárias. O rodízio dos parlamentares pelos postos de liderança de bancadas partidárias e

suprapartidárias (Santos 2001), somado ao fato que se encontrou no presente artigo (diversos Senadores passando pelas principais comissões ao longo de somente duas legislaturas), reforça o indício de acordo interno entre copartidários para se valerem dos postos institucionais para fazer política no dia a dia, dentro da instituição. Tais cargos, especialmente as lideranças e as presidências das comissões, também dispõem de assessorias próprias, reforçando o poder político e a capacidade de influência dentro das bancadas.

O sucesso do método empregado permitiu confirmar as hipóteses centrais evidenciadas na introdução: houve associação entre o *social background* e a área de deliberação das comissões, especialmente nos principais colegiados (e aqueles que não sofreram modificações ao longo das duas legislaturas em exame): profissionais do Ramo Jurídico na CCJ; Empreendedores e Profissionais Liberais na CAE; Médicos e bacharéis em Medicina na CAS; Empreendedores e formados nas Engenharias na CI – todos os casos demonstram causalidade e dependência entre posição sócio-ocupacional e escolha dos partidos para os órgãos legiferantes da Casa.

Além da fiscalização (nos governos de coalização), as comissões servem para alterar as propostas do governo e lapidar as matérias legislativas (Fortunato et al. 2017; Mickler 2017), dão voz ao baixo clero (Hindmoor et al. 2009), servem à oposição para enfrentar propostas do governo diante de multifragmentação partidária (Bates et al. 2017; Benton e Russell 2013; Hindmoor et al. 2009) e permitem aos opositores controlar parte da agenda legislativa, a depender do tamanho da bancada que compõem (Calvo e Sagarazu 2011; Danesi e Rheault 2011).

Há uma semelhança entre o sistema comissional dos países parlamentaristas e o brasileiro, ao se observar a influência da fragmentação partidária na divisão da presidência dos colegiados, com a devida ressalva de que não se trata de divisão somente entre a coalização, pois também, de modo semelhante ao caso da Argentina, a oposição passa a presidir as comissões de acordo com o tamanho da bancada (quando maioria,

pode controlar inclusive os maiores colegiados). Até aqui, é notório que diversos outros fatores podem explicar as escolhas partidárias para as comissões do Congresso Nacional, contudo, no que se refere ao Senado Federal, o estudo apresenta a validade do *social background* e das carreiras políticas como meio de explorar essa temática pouco analisada na Ciência Política brasileira.

Referências

- Araújo, Paulo Magalhães. 2011. "Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006." *Revista Política Hoje* 20 (2): 550-580.
- Austen-Smith, David, e William Riker. 1987. "Asymmetric Information and the Coherence of Legislation." *The American Political Science Review* 81 (3): 897-918. <https://doi.org/10.2307/1962682>.
- Bates, Stephen, Mark Goodwin, e Stephen McKay. 2017. "Do UK MPs engage more with Select Committees since the Wright Reforms? An Interrupted Time Series Analysis, 1979-2016." *Parliamentary Affairs* 70 (4): 780-800. <https://doi.org/10.1093/pa/gsx007>.
- Benton, Meghan, e Meg Russell. 2013. "Assessing the Impact of Parliamentary Oversight Committees: The Select Committees in the British House of Commons." *Parliamentary Affairs* 66 (4): 772-797. <https://doi.org/10.1093/pa/gss009>.
- Brasil. 2012. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.029 - Distrito Federal*. Supremo Tribunal Federal.
- Brasil. 2015. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.127 - Distrito Federal*. Supremo Tribunal Federal.
- Brasil. 2018. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Senado Federal.
- Bullock III, Charles. 1985. "U.S. Senate Committee Assignments: Preferences, Motivations, and Success." *American Journal of Political Science* 29 (4): 789-808. <https://doi.org/10.2307/2111181>.
- Calvo, Ernesto, e Iñaki Sagarazu. 2011. "Legislator Success in Committee: Gatekeeping Authority and the Loss of Majority Control." *American Journal of Political Science* 55 (1): 1-15. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2010.00476.x>.
- Cox, Gary, e Mathew McCubbins. 2006. *Legislative Leviathan: Party Government in the House*. Cambridge University Press.
- Cox, Gary, Thad Kousser, e Mathew McCubbins. 2010. "Party Power or Preferences? Quasi-Experimental Evidence from American State Legislatures." *The Journal of Politics* 72 (3): 799-811. <https://doi.org/10.1017/S0022381610000174>.

- Crombez, Christophe, Tim Groseclose, e Keith Krehbiel. 2006. "Gatekeeping." *The Journal of Politics* 68 (2): 322-334. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2508.2006.00409.x>.
- Danesi, Silvina Lilian, e Ludovic Rheault. 2011. "Making Sense of an Unstable Legislature: Committee Assignments in the Argentine Chamber of Deputies, 1946-2001." *Journal of Politics in Latin America* 3 (3): 35-64. <https://doi.org/10.1177/1866802X1100300302>.
- Dutra, Ana Beatriz Bexiga. 2017. "Os partidos possuem comissões de interesse? Um estudo sobre a composição partidária das comissões permanentes da Câmara dos Deputados." In VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP.
- Field, Andy. 2009. *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. Artmed.
- Fortunato, David, Lanny Martin, e Georg Vanberg. 2017. "Committee Chairs and Legislative Review in Parliamentary Democracies." *British Journal of Political Science* 49 (2): 785-797. <https://doi.org/10.1017/S0007123416000673>.
- Gamble, Katrina. 2007. "Black Political Representation: An Examination of Legislative Activity Within U.S. House Committees." *Legislative Studies Quarterly* 32 (3): 421-447. <https://doi.org/10.3162/036298007781699663>.
- Gilligan, Thomas, e Keith Krehbiel. 1989. "Asymmetric Information and Legislative Rules with a Heterogeneous Committee." *American Journal of Political Science* 33 (2): 459-490.
- Gilligan, Thomas, e Keith Krehbiel. 1997. "Specialization Decisions within Committee." *Journal of Law Economics and Organization* 13 (2): 366-86.
- Hair Jr., Joseph F., William C. Black, Barry J. Babin, Rolph E. Anderson, e Ronald L. Tathan. 2009. *Análise Multivariada de Dados*. Bookman.
- Heath, Roseanna Michelle, Leslie Schwindt-Bayer, e Michelle Taylor-Robinson. 2005. "Women on the Sidelines: Women's Representation on Committees in Latin American Legislatures." *American Journal of Political Science* 49 (2): 420-436. <https://doi.org/10.1111/j.0092-5853.2005.00132.x>.
- Hindmoor, Andrew, Phil Larkin, e Andrew Kennon. 2009. "Assessing the Influence of Select Committees in the UK: The Education and Skills Committee, 1997-2005." *The Journal of Legislative Studies* 15 (1): 71-89. <https://doi.org/10.1080/13572330802666844>.
- Krehbiel, Keith. 1990. "Are Congressional Committees Composed of Preference Outliers?" *The American Political Science Review* 84 (1): 149-163. <https://doi.org/10.2307/1963634>.
- Krehbiel, Keith. 2004. "Legislative Organization." *Journal of Economic Perspectives* 18 (1): 113-128. <https://doi.org/10.1257/089533004773563467>.
- Mickler, Tim. 2017. "Committee autonomy in parliamentary systems – coalition logic or congressional rationales?" *The Journal of Legislative Studies* 23 (3): 367-391. <https://doi.org/10.1080/13572334.2017.1359941>.
- Müller, Gustavo. 2005. "Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes." *DADOS-Revista de Ciências Sociais* 48 (2): 371-394. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000200005>.
- Müller, Gustavo. 2011. "O papel informacional das comissões permanentes da Câmara dos Deputados – 1991/1994-1995/1999." *Pensamento Plural* 8: 119-142.
- Nascimento, Emerson Oliveira do. 2012. "O sistema de comissões brasileiro: elementos para uma agenda de pesquisa." *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política* 21 (2): 61-72. <https://doi.org/10.4322/tp.v21i2.314>.
- Pereira, Carlos, e Bernardo Mueller. 2000. "Uma teoria da preponderância do poder Executivo: O sistema de comissões no Legislativo brasileiro." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 15 (43): 45-67. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000200004>.
- Polsby, Nelson. 1968. "The Institutionalization of the U.S. House of Representatives." *The American Political Science Review* 62 (1): 144-168. <https://doi.org/10.2307/1953331>.
- Rocca, Michael, Gabriel Sanchez, e John Morin. 2011. "The Institutional Mobility of Minority Members of Congress." *Political Research Quarterly* 64 (4): 897-909. <https://doi.org/10.1177/1065912910379225>.
- Rocha, Marta Mendes, e Cássio Felipe Barbosa. 2008. "Regras, incentivos e comportamento: as comissões parlamentares nos países do Cone Sul." *Revista de Sociologia e Política* 16: 93-104. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000300007>.
- Santos, André Marengo dos. 2001. "Experiência política e liderança legislativa na Câmara dos Deputados." *Novos Estudos CEBRAP* (59): 153-171.
- Santos, Fabiano. 2002. "Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão." *Dados – Revista de Ciências Sociais* 45 (2): 237-264. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000200003>.
- Santos, Fabiano, e Acir Almeida. 2005. "Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados." *Dados – Revista de Ciências Sociais* 48 (4): 693-735. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000400001>.
- Santos, Fabiano, e Júlio Canello. 2016. "Comissões Permanentes, Estrutura de Assessoramento e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados do Brasil." *Dados – Revista de Ciências Sociais* 59 (4): 1127-1168. <https://doi.org/10.1590/001152582016109>.
- Schneider, Judy. 2006. *Committee Assignment Process in the U.S. Senate: Democratic and Republican Party Procedures*. Congressional Research Service – United States Senate.
- Sinclair, Barbara. 1988. "The Distribution of Committee Positions in the U.S. Senate: Explaining Institutional Change." *American Journal of Political Science* 32 (2): 276-301. <https://doi.org/10.2307/2111124>.

Alison Ribeiro Centeno

Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da PUCRS. Doutor (2023) e Mestre (2018) em Ciências Sociais, é também formado em Ciências Econômicas (2015). Bolsista de Pós-Doutorado Júnior do CNPq no PPG de Sociologia e Ciência Política da PUCRS (2024-2026). Fez estágio na Fundação de Economia e Estatística (FEE) como bolsista de Iniciação Científica da FAPERGS (2013-2015), trabalhando com análise de indicadores; durante a pós-graduação, foi bolsista da CAPES (2016-2023), desenvolvendo estudos na área de recrutamento de elites políticas, com artigos publicados sobre eleições e teoria política. Atualmente é Professor de Ciência Política e Economia, além de revisor de periódicos na área de Ciência Política, na qual tem experiência de pesquisa com ênfase em carreiras políticas, eleições majoritárias e Senado Federal.

Endereço para correspondência

ALISON RIBEIRO CENTENO

Av. Ipiranga, 6681, Partenon, 90619-900

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Como citar este artigo

Centeno, A. R. Perfil do trabalho da elite política nacional: recrutamento partidário e distribuição de poder no Senado Federal. *Conversas & Controvérsias*. <https://doi.org/10.15448/2178-5694.2026.1.48963>

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.